ou se encontre uma nova sistémica, económica e política com mais sentido a longo prazo – e a curto.

GLOBAL, DEMASIADO GLOBAL ...

Ao longo da leitura, vai-se sedimentando ainda uma abordagem por vezes demasiado global.

E é inesperado não encontrar alguma rebeldia que equilibre o pensamento científico ortodoxo que, sempre seduzido por leis universais, demora, conquanto o saiba, em assumir que a realidade dos problemas é sempre situacional.

Questões fundamentais como a educação, a construção de grandes infra-estruturas, a investigação e a protecção do meio ambiente, se limitadas à perspectiva científica macro, na realidade indispensável mas insuficiente, não encontram as mais das vezes soluções coerentes e de longo prazo quando confrontadas com situações concretas de inevitável escassez de recursos e de opção e prioridades da pequena e grande política, na lógica do mercado.

Porque afinal a condicionante dos recursos escassos e da mais económica combinação dos meios utilizados tem que acompanhar o pensamento científico em termos de viabilidade.

Esta racionalidade não é a lógica mercantil, longe disso (talvez seja uma dimensão da democracia no que respeita à salvaguarda dos direitos dos outros, que também são prejudicados pela utilização de recursos sem restrições).

Seja como fôr, as questões referidas funcionam num mercado de curto e longo prazo, só se justificam se "produzirem" qualquer coisa – e isso também não é lógica mercantil. Lógica mercantil é não fazer nada ou o menos possível, sem qualidade e ir recebendo e dissipando recursos; e sabemos quão frequente é esse procedimento.

SÓ A DEMOCRACIA AMEAÇADA ?

Um tanto inesperada também é a quase exclusividade atribuída à ameaça à democracia pela globalização e lógica de mercado.

Existem muitos outros ameaçadores murmúrios e sinais de perigo na armadilha em que a espécie humana parece ter-se lançado.

E que se prefiguram mais directamente ameaçadores da sua própria sobrevivência.

O MITO DO HOMEM BOM

Finalmente, em toda a lógica do texto parece subjacente a crença controversa de que o homem é bom e merecedor do melhor.

Talvez o homem seja essencialmente um predador. Quando aparece uma utopia promissora, a predação passa para uma presa mais ampla pelo que o egoísmo se sublima; mas mais tarde ou mais cedo tem recaídas.

Mário Murteira

A economia do trabalho no mercado global

I. SAUDADES DO CAPITALISMO DOS «ANOS DE OURO»

Da conjuntura económica, ideológica, social e política característica do capitalismo desenvolvido no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, ficaram fragmentos e recordações que evocam, para muitos, os «anos de ouro» ou os «trinta gloriosos» anos, como escreveu Fourastié, da chamada economia de mercado, ou seja, o período que se encerra nos primeiros anos da década dos 70.

E, no entanto, nunca essa «economia de mercado» se apresentou tão triunfante, tão obviamente indiscutível e indiscutida como hoje.

Porquê então essa nostalgia por algo distante que parece ter sido tão bom e... se acabou?

Uma disciplina da Ciência Economica florescente nessa altura designava-se por *Economia do Trabalho* e ocupava-se de temas como a teoria do salário e da repartição do rendimento, as políticas de emprego, os resultados económicos da acção sindical, etc. Tinha grande voga não só na Europa mas também nos EUA, embora as temáticas e orientaçoes ideológicas dos autores, como fàcilmente se compreende, fossem muito diversas. Convém também acrescentar que, mesmo na Europa, a maioria dos autores não era marxista, embora alguns franceses revelassem influência considerável das correntes progressistas católicas da época (como ao tempo também sucedia em Portugal, *et pour cause).*

Interessa-nos aqui recordar alguns dos elementos comuns à Economia do Trabalho da época, porque tais elementos reflectiam uma situação objectiva desse tempo que se se transformou profundamente nas últimas duas ou três décadas.

A nossa tese, em resumo, é a seguinte:

O posicionamento dos trabalhadores e do chamado trabalho «por conta doutrém» no funcionamento do capitalismo maduro ou desenvolvido modificou-se drasticamente num período relativamente curto. Essa transformação decorre de vários factores, a maioria dos quais remete para a emergência

dum «mercado global», etapa mais recente da evolução do capitalismo à escala mundial.

Essa transformação pode exprimir-se, sucintamente, numa fórmula:

Passou-se dum capitalismo que promovia a «economia do trabalho» que ele próprio gerava, para um capitalismo que subordina essa economia do trabalho às exigências da competitividade no mercado global, sendo esta a «ultima ratio» da lógica de funcionamento do sistema económico.

É a afirmação que seguidamente tentaremos justificar.

Nos «anos de ouro», o sindicalismo foi considerado por autores norte-americanos a grande força conservadora do capitalismo. Galbraith chamou-lhe «countervailing power» (*poder compensador* do poder patronal), e alguns franceses, na esteira de François Perroux, como Destanne de Bernis e Henri Bartoli (sob cuja orientação, por exemplo, a actual Ministra do Emprego elaborou a sua tese de doutoramento), falavam do conflito-concurso ou conflito-cooperação para designar, entre outras coisas, a relação entre patrões e sindicatos no mercado de trabalho.

Não se tratava de acusar os sindicatos europeus de «trair» a classe operária, ou o «business unionism», isto é, o pragmático sindicalismo norte-americano, de não ser suficientemente reivindicativo. Pelo contrário, reconhecia-se que se o capitalismo permitia a reivindicação livre dos trabalhadores, através das suas associações representativas, e lhes dava satisfação em larga medida, isso conduzia ao melhor dos mundos possíveis: salários reais crescentes, repartição do rendimento nacional com a parte distribuída ao trabalho aumentando regularmente — a expensas, já se vê, da parte do capital — e constante incentivo aos patrões para inovarem, melhorarem a produtividade, e por esta via compensarem a forte pressão para a subida dos salários reais.

E tudo isto fazia particularmente sentido na época da «coexistência pacífica» ou mesmo da «guerra fria», pois que o processo da promoção endógena da economia do trabalho no capitalismo desarmava os que ansiavam (e alguns lutavam) pela ruptura revolucionária do sistema. Como se viu, tal ruptura era possivel nas periferias do sistema (embora por pouco tempo, em termos de calendário histórico) mas não no seu centro mais desenvolvido.

Esta «economia do trabalho» é contemporânea da política macroeconómica de inspiração keynesiana — o objectivo principal dessa política era o pleno emprego, não a estabilização meramente monetária, ou nominal, como hoje sucede — e do chamado Welfare State, o estado que geria um amplo sistema de segurança social, um sistema nacional de saúde, etc. Temos assim o tempo do «estado amigo dos trabalhadores» (hoje, segundo o Banco Mundial, pede-se a «market friendly approach» por parte do estado, isto é, «o estado amigo do mercado», o que não é exactamente a mesma coisa).

É pois o período áureo do trabalhismo e da social-democracia, tempo aliás que conduziu Schumpeter a anunciar com melancolia, pouco antes de

falecer em 1950, uma inelutável «marcha para o socialismo», sabendo-se, no entanto, que «o capitalismo corria para o socialismo não por causa do seu malogro como Marx suposera, mas antes por causa do seu sucesso».

(Notemos de passagem: que ironia rotunda revela a História que hoje conhecemos, sobre cujo oculto desígnio tanto um como outro daqueles grandes economistas tão profundamente se equivocaram, e por razões tão profundamente diferentes!)

Claro que esta feliz conjuntura do capitalismo desenvolvido correspondia, digamos assim, ao topo da população planetária, certamente menos de um quarto do total dos seres humanos. Não tinha nada a ver com o Terceiro Mundo dos «subdesenvolvidos» nem tão pouco com o Segundo, o auto-designado «Sistema Socialista Mundial» que corria oficialmente pela estrada do socialismo «real» na direcção do comunismo, bem plantado no fim da História (hoje sabemos que, «realmente», corria antes para o suicídio, e que o «fim da História», ao menos segundo Fukuyama ,é... a economia de mercado).

Que é feito de tudo isto? Citando um famoso autor norte-americano, Lester Thurow (*Head to head, 1992), «o urso da floresta* (entenda-se, a URSS*) foi-se embora e o mundo mudou.»*. Além do mais, claro.

De certo modo — e é mais uma das piadas de mau gosto da História — podemos hoje dizer que a URSS contou bem mais para o desenvolvimento do capitalismo do que para o desenvolvimento do... socialismo. O seu colapso é um dos grandes factores de mudança neste declinar do milénio, num contexto de transição «megaeconómica» que referiremos a seguir.

II. A IDADE DAS TRANSIÇÕES

A obra colectiva mais recente do Fernand Braudel Centre da Universidade de Nova Iorque (em Binghamton), centro dirigido por Immanuel Wallerstein, actualmente presidente da Associação Mundial de Sociologia, tem o título *The age of transition (Trajectory of the world system, 1945-2025).* É uma fascinante obra que cobre diversos campos de análise e que descreve a trajectória do sistema mundial nas últimas décadas e propõe algumas perspectivas para o dealbar do próximo século.

É curioso registar que, num quadro analítico e ideológico muito diverso, um destacado economista norte-americano, Lester Thurow, também se interrogou recentemente sobre *The future of capitalism.*

Thurow foi presidente da Sloan School of Management do famoso Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) e sabe do que se trata quando fala de empresas, empresários e concorrência no actual capitalismo. A obra manifesta inquietações profundas sobre esse futuro, revelando ao mesmo tempo que já é hoje possível escrever obras críticas do sistema, nos EUA,

sem o risco de se ser tomado por subversivo. Talvez o desaparecimento do «urso» também tenha a ver com isso.

Nenhum das obras é apologética do «mercado global», tão louvado pela ideologia oficial do sistema, ao ponto de um relatorio recentemente publicado pelo próprio BIT (*L'emploi dans le monde, Bureau International du Travail,1996/97)* parecer subscrito pelo Banco Mundial. Também não são obras apocalítpicas, descrevendo negros e inelutáveis cenários do futuro. Como diz Wallerstein, o progresso já não pode ser assumido como uma «fatalidade feliz», na tradição da modernidade ocidental, mas — mais modesta e exigentemente — deve ser encarado como uma «possibilidade a construir». Sobretudo numa época de transição tão acelerada em que o presente parece, cada vez mais, atraído pelo futuro que se anuncia e menos preso ao passado que se consumiu. E isto, também, quando (neste aspecto) Schumpeter tem hoje, talvez, mais razão do que nunca quando escreveu, no princípio dos anos 40, que «os dirigentes em democracia estão tão preocupados em não cair do cavalo do poder que não têm tempo de saber para onde corre a montada» (citamos de cor uma passagem célebre de *Capitalismo, socialismo e democracia).*

As transições que referimos podem ser entendidas em sentido mais ou menos amplo.

No sentido mais restrito, as «economias em transição» incluem os países que previamente se situavam em qualquer forma de «socialismo real» buscando agora uma via de transição para a economia de mercado. Incluindo, como se justifica, a China neste grupo, encontramos cerca de dois biliões de pessoas — isto é, qualquer coisa como um terço da população mundial — vivendo processos de transição.

Num sentido mais abrangente — o caso da obra de Wallerstein e outros que acima referimos — é ao nivel megaeconómico, isto é, do sistema mundial no seu todo, que a «transição» deve ser percebida e analisada.

Uma questão que ocorre colocar neste contexto é pois a seguinte:

Se os «anos de ouro» não podem regressar, como redescobrir ou re-inventar a «economia do trabalho» compatível ou congruente com essa «economia do mercado global» que hoje domina a trajectória ou transição do sistema económico à escala planetária?

Para ousar responder a tão premente e imensa questão, é necessário primeiro compreender porque ficou para trás na História a «economia do trabalho» dos tais dourados anos.

Antes do mais, note-se que falamos dos chamados países desenvolvidos de economia de mercado e não dum país como Portugal que — uma vez mais, por falta de pontualidade nos encontros marcados pela História — chegou ao limiar dessa economia do trabalho quando já se avizinhava o seu

O processo que está na origem da grande transformação que referimos relaciona-se estreitamente com o fenómeno da globalização (abordámos o tema num livro recente *Economia do Mercado Global,* Presença, 1997).

A palavra globalização é muitas vezes utilizada sem sentido preciso. Importa, pois, esclarecer com alguma demora o que entendemos pelo termo. O BIT, por exemplo, prefere utilizar o termo *mundialização*, como outros fazem e a nosso ver, incorrectamente - *porque a mundialização do capitalismo é secular, enquanto a globalização tem apenas algumas décadas, mas processando-se em ritmo aceleratório.*

Qual, então, a novidade do fenómeno?

Consideremos a interrogação apenas no campo económico porque há outras dimensões a ter em conta numa análise mais profunda e exigente.

A «novidade» decorre do predomínio, que se acentua, de actores transnacionais no funcionamento do sistema económico mundial. Esses actores são sobretudo grandes empresas ou grupos de empresas — correntemente designados na literatura de expressão inglesa por TNC (transnational corporations) ou na expressão equivalente em português ETN (empresas transnacionais) — mas também poderemos incluir nesse grupo de actores instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou a Comissão Europeia da UE. Esta situação levou alguns economistas, desde os anos 70, a falar do capitalismo pós-nacional ou transnacional.

As ETN são principalmente oriundas da chamada Triade, isto é, os EUA, o Japão e a UE. Mas a tendência é geral, e países como a Repúbica da Coreia, Taiwan, o Brasil ou a própria China também contribuem para o clube das ETN dominantes. Por outro lado, mesmo as PME tendem hoje a transnacionalizar-se.

De notar que a palavra «transnacionalizar», na sua acepção mais pobre, mas todavia essencial, significa a instalação ou aquisição de empresas filiais ou de empresas controladas ou, simplesmente, participadas em territórios distintos daquele onde está sediada a empresa mãe.

A generalização do fenómeno da transnacionalização decorre num sistema mundial onde é impetuoso um movimento geral de liberalização do comércio e dos movimentos de capitais. Mas estes processos não ocorrem ao mesmo ritmo, sendo que os capitais circulam à velocidade da luz, graças aos poderosos meios de tratamento da informação e de telecomunicação hoje disponíveis, praticamente sem que as estratégias de acumulação que os orientam encontrem obstáculos. O que obviamente permite que o volume dos capitais que circulam à escala mundial, em rápido crescimento, atinja dimensões incalculáveis há poucos anos. Quando Keynes falava dos «jogos de casino» para referir a especulação no funcionamento do capitalismo, não podia imaginar a dimensão que os jogos e o casino iriam atingir ainda no seu século.

Por outro lado, embora a movimentação das pessoas também se acelere, é evidente que essa movimentação encontra obstáculos consideráveis de muito variada ordem.

Digamos, então que no mercado global o dinheiro circula livremente e à velocidade da luz, as mercadorias à velocidade dos transportes aéreos, marítimos ou terrestres, as pessoas à velocidade permitida por obstáculos legais, culturais, políticos que se opõem aos projectos pessoais de emigração. Uma «economia do trabalho transnacional», além do mais, exigiria uma fluidez do mercado global de trabalho que, para o bem ou para o mal, não está no horizonte, talvez mesmo no âmbito da própria União Europeia. Dito de maneira talvez mais sugestiva: o mercado global «libertou» mais o dinheiro e as mercadorias do que as próprias pessoas.

Esta situação tem muitas consequências, sendo uma das mais importantes, a possibilidade de colossais processos de acumulação de capital por simples especulação no contexto das finanças globais que dão corpo ao «mercado global» de que temos falado. Esta forma de acumulação pode, aliás, ser considerada «improdutiva», se não se associa a uma criação real de valor.

Mas o fenómeno da globalização tem outras dimensões, nos sistemas produtivos, na comercialização (estratégias de distribuição e marketing) e nos circuitos de transportes e comunicações, etc.

No essencial, pode dizer-se que um «tempo global» — no sentido de espaço abstracto e transnacional de configuração de estratégias e processos de decisão — estrutura e des-estrutura as economias nacionais, internacionais e regionais segundo os imperativos da competitividade a esse mesmo nivel global. Daqui resultam complexas relações entre o «global» e o «local», este umas vezes procurando salvaguardar a sua identidade e passado próprios, outras, pelo contrário, procuranto também promover-se ao nivel do global, ainda que sacrificando a sua cultura e história próprias.

O fim dos «anos de ouro» que temos referido, e que se manifesta com exuberância na crise económica de 1974/75 — a maior verificada depois do termo da Segunda Guerra Mundial — é afinal consequência dum complexo processo de transição, que vem de trás e se prolongará certamente pelo próximo século.

Na realidade, o modelo de acumulação de capital no capitalismo desse período estava seriamente ameaçado pela própria economia do trabalho que entretanto emergira: diminuia a parte dos lucros no rendimento nacional, finanças públicas muito desequilibradas geravam inflação, esta podia coexistir com desemprego crescente, etc. Havia aqui boas razões para acelerar um processo de transnacionalização que vinha de trás.

O primeiro «choque petrolífero» imposto pela OPEP em 1973 deu o golpe de misericórdia no regime económico, social e político dos «bons velhos tempos». A «economia de trabalho» do tempo aureo do trabalhismo e da

estruturado em unidades nacionais, em estados-nação assumidos como grandes protagonistas da actividade económica quer à escala intra-nacional, quer internacional. Não é mais o caso.

Poderá (deverá) voltar-se atrás neste processo? Não confundindo os desejos com realidades, interessa considerar alguns dos grandes vectores das mudanças em curso e identificar os actores ou protagonistas das mesmas.

III. OS HORIZONTES DO MERCADO DE TRABALHO NO TEMPO DA GLOBALIZAÇÃO

A «economia do trabalho» no actual capitalismo desenvolvido está, como vimos, basicamente condicionada pelas exigências da competitividade no mercado global. A relação custo/produtividade por unidade de trabalho não é, como é óbvio, o único ou sequer — em muitos casos — o factor mais determinante daquela competitividade. Mas a intensificação da concorrência no mercado global impõe, por todo o lado, uma forte e constante pressão no sentido da sua redução.

Essa pressão pode traduzir-se em inovações ou «progresso técnico» nas funções de produção, na deslocalização de fábricas, na subcontratação, na redução dos efectivos, na substituição de mão-de-obra menos qualificada por mais qualificada, pela adopção de formas de precarização do emprego (em Portugal, por exemplo, o pagamento por «recibos verdes») etc. Claro que essa pressão derivada da concorrência é inerente ao sistema económico e aparentemente não tem nada de novo; mas só aparentemente.

Porque a resposta do trabalho organizado a essa pressão era possivel no quadro de mercados de trabalho basicamente determinados por actores nacionais; perante actores transnacionais do lado dos empregadores, mais ou menos visíveis e presentes mas sempre influentes, não existem, ou são ineficazes, actores correspondentes do lado dos empregados «por conta doutrem». Esse «outrém» é, afinal, cada vez mais distante, criatura enigmática e remota situada no «tempo global» que acima referimos.

Por outro lado, a competitividade basicamente determinada pela mão-de-obra barata pode localizar-se, hoje, em zonas do mercado global onde existem imensos recursos em mão-de-obra por explorar. O exemplo da China não é o único a considerar, mas certamente que a entrada acelerada de milhões e milhões de trabalhadores chineses no mercado global — pela «Porta Aberta» que Deng abriu na muralha que Mao fechara — é um fenómeno pesado de consequências no emergente sistema mundial. Basta reparar, como fez o autor destas linhas, nos numerosos e diversificados produtos «Made in China» que podemos encontrar hoje por todo o lado, por exemplo, numa feira de Almoçageme nos arredores de Lisboa ou numa povoação perto de Harrogate, no centro da Inglaterra.

Convém também salientar que outros factores, distintos dos que actuavam há trinta ou quarenta anos, e independentes do fenómeno da globalização que temos referido, condicionam a economia do trabalho de hoje. Referimo-nos a uma complexa constelação de condicionantes, de natureza demográfica, cultural e simplesmente tecnológica, de que apenas poderemos fazer aqui breve menção.

A questão demográfica, implicando em países «desenvolvidos» o envelhecimento médio da população, ocasiona tensões insuportáveis nos sistemas de segurança social — por exemplo, nos EUA, como refere Thurow — e introduz uma heterogeneidade adicional num mercado de trabalho já muito diferenciado: não apenas diferenciações por profissão, qualificação, sexo, região, grupo étnico, mas também por *grupo etário ou geracional*. Trata-se de mais um factor contribuindo para novas gerações de «expectativas decrescentes» sobre o futuro. Juntando isto ao desequilíbrio entre a oferta de novos empregos e a procura de «primeiros empregos» por parte de jovens que, em geral, passam mais tempo num sistema educativo de baixa qualidade média (é o caso português) não é de estranhar o mal estar duma sociedade que oferece coisas como a televisão de massas, apostada em nivelar por baixo as suas audiências, e a «cultura pimba» a quem desejaria, ou pelo menos necessitaria, de algo de diferente e melhor.

Mas há sem dúvida, horizontes mais positivos na temática que nos ocupa: por exemplo, as possibilidades que as novas tecnologias da informação e comunicação oferecem ao trabalho independente. Fazer «o seu próprio emprego», não numa postura de luta pela sobrevivência, mas numa estratégia pessoal de realização em trabalho livre e criativo, não é uma utopia mas uma possibilidade oferecida a alguns. Neste sentido, como notou Charles Handy, em *The age of unreason*, também alguns podem dalgum modo globalizar-se nos seus projectos pessoais como trabalhadores independentes.

Mas o essencial do futuro duma nova «economia do trabalho», provavelmente sem muito de comum com os anos dourados do capitalismo ocidental, todavia, não se encontra nestas perspectivas.

Encontra-se, mais decisivamente, nos contornos duma «sociedade civil» global e transnacional por construir, e na promoção das comunidades locais inseridas em novas estratégias de relacionamento com o mercado global.

E também na redefinição do papel dos governos democráticos como actores determinantes de políticas económicas e sociais, actores que por serem «amigos do mercado» não terão necessariamente de tornar-se inimigos da maioria do seu eleitorado.

Esta é, provavelmente, matéria decisiva do destino dessa «Idade da Transição» de que nos fala Wallerstein com inquietação mas sem desespero.

Autores
Authors